**PROFESSOR — CONCURSO — DIRETRIZES E BASES DA
EDUCAÇÃO NACIONAL — LEGISLAÇÃO
ESTADUAL SUPLETIVA**

*— Interpretação do art. 97, parágrafo 1.º, da Emenda
Constitucional n.º I, de 1969.*

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Processo P. R. N.º 9.713-69

Presidência da República — Con-
sultoria-Geral da República — E.M.
N.º I-006, de 29 de dezembro de 1969.
— “Aprovo. Em 5-1-70”. (Rest. ao
M.E.C., em 6-1-70).

PARECER I-006

Com base em dispositivos de sua
Constituição e da Lei Estadual n.º 812,
o Estado da Guanabara procedia ao
recrutamento de novos professores
primários, para os quadros funcionais
do Estado, mediante a nomeação dos
concluintes, com aproveitamento, dos
cursos de formação de professores das
Escolas Normais Oficiais daquele Es-
tado.

2. Atendendo a requerimento da
Associação de Pais e Mestres do Insti-
tuto Nossa Senhora Auxiliadora, da
Guanabara, o eminente doutor Pro-
curador-Geral da República ofereceu,
com base no artigo 114, I, alínea l, da
Constituição de 1967, Representação
perante o Pretório Excelso, por enten-
der conflitar aquêlê aproveitamento,
com textos da Lei Maior e da Lei de
Diretrizes e Bases da Educação Na-
cional.

3. Julgando essa Representação, de
n.º 776, o Egrégio Supremo Tribunal
Federal, em sessão plenária de 27 de
fevereiro de 1969, deu provimento a
mesma

“para declarar-se a inconstitucionalidade:

a) da alínea b, do artigo 73, da Constituição do Estado da Guanabara;

b) da expressão “ressalvado o disposto na Constituição do Estado”, contida no artigo 7.º, da Lei Estadual número 812; e,

c) da locução “mantida pelo Estado”, constante do artigo 90, da mesma lei,

conforme se vê da publicação da *Revista Trimestral de Jurisprudência*, do S.T.F., vol. 49, p. 744-758.

4. Com a promulgação da Resolução n.º 29-69, publicada no *Diário Oficial* da União, de 26 de novembro p.p., o Senado Federal suspendeu a execução desses dispositivos inquinados de inconstitucionalidade, na conformidade do julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal.

5. Os fundamentos que embasaram a decisão retromencionada, foram os artigos 8.º, XVII, q e § 2.º; 95 e 150, § 1.º, da Constituição de 1967, combinados com os artigos 5.º, 19 e 58, da Lei n., 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

6. Em 30 de outubro do ano corrente, entrou em vigor a Emenda Constitucional n.º 1, a qual, em seu artigo 97, § 1.º, dispôs:

“Art. 97.

§ 1., A primeira investidura em cargo público dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provás e títulos, salvo os casos indicados em lei.”

7. Em face dessa disposição constitucional o Exmo. Sr. Governador do Estado da Guanabara consulta, através do Ministério da Educação e Cultura, se a lei a que se refere a norma constitucional retrotranscrita, deve ser da iniciativa do Govêrno estadual ou federal.

8. A indagação se prende à possibilidade, ou não, de provimento de cargo de professor de ensino primário

independentemente de concurso, na hipótese de concluinte do Curso Normal, e estabelecimento de ensino oficial daquele Estado. Em outras palavras: poderá lei estadual dispensar concursos para os concluintes das Escolas Normais mantidas pelo Estado da Guanabara, e exigí-lo para os formados em estabelecimentos particulares?

9. A resposta, quem nô-la dá, é o próprio julgado, *verbis*:

“5. Na verdade, competindo à União legislar com exclusividade sôbre diretrizes e bases da Educação Nacional, e aos Estados apenas supletivamente (artigo 8.º, XVII. a e § 2.º), é de ver-se que, uma vez consagrada pelo diploma diretor e básico da Educação — Lei n.º 4.024, de 20/12/1961 — a regra da indistinação de direitos entre estudos realizados em estabelecimentos oficiais e particulares reconhecidos (artigo 19), diferentemente não pode dispor a lei estadual. Se o dispõe, embora que por vias transversas, contraria mandamento a que deve obediência, senão apenas em face da incompetência do legislador estadual, segundo aquela ordem hierárquica das leis pertinentes à Fundação nacional, mas, principalmente, porque se põe em flagrante afronta ao princípio da isonomia, em tôda a essência transposto da Constituição para o texto ordinário das diretrizes e bases da Educação...”

10. A Constituição Emendada não alterou os dispositivos constitucionais, anteriormente, vigentes, quanto à competência da União para legislar sôbre diretrizes e bases da Educação Nacional (aliás, no caso, até, a numeração do Capítulo, artigo, inciso e alínea, é coincidente — Capítulo II, artigo 8.º, inciso XVII, alínea q). Demais disso, o respeito à lei federal, relativamente à competência supletiva dos Estados para legislar sôbre matéria de ensino — a que alude o § 2.º, do artigo 8.º, da Constituição de 1967 — está preservado, integralmente, no parágrafo único,

do artigo 8.º, da atual Constituição. Por outro lado, o princípio da isonomia, previsto no artigo 150, § 1.º, da Constituição de 1967, está repetido, literalmente, no artigo 153, § 1.º, da Emenda n.º 1. Por igual, a acessibilidade dos cargos públicos a todos os brasileiros, assegurada no artigo 95, da Constituição anterior, é a mesma constante do artigo 97, da vigente Carta Magna. E, ainda, a obrigatoriedade de concurso público de títulos e provas para provimento dos cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de grau médio e superior (quando se tratar de ensino oficial), exigida no inciso V, § 3.º, do artigo 167, da Constituição passada, permanece na atual — com as mesmas palavras — em seu artigo 176, § 3.º, inciso VI.

Nestas condições, ainda que se pudesse admitir, *ad argumentandum*, a

possibilidade de primeira investidura em cargo público de magistério primário, sem a exigência de concurso, acaso lei ordinária assim o dispusesse, em face do que prescreve o § 1.º, artigo 97, da Constituição em vigor — como o admite, aliás, o Ilustre Consulente — ainda assim, perdurariam válidos os demais fundamentos que serviram de base à decisão do Egrégio Supremo Tribunal, no caso da Representação n.º 776, que declarou inconstitucional a Lei Estadual n.º 812 e, conseqüentemente, do mesmo vício padeceria qualquer outra lei estadual que viesse a ser promulgada no mesmo sentido, durante a vigência da atual Constituição.

Sub censura.

Brasília, 29 de dezembro de 1969. —
Romeo de Almeida Ramos, Consultor-Geral da República.